

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.557 - PE (2019/0007590-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MUNICIPIO DA CIDADE DO PAULISTA**
ADVOGADOS : **FRANCISCO AFONSO PADILHA DE MELO E OUTRO(S)** -
PE023071
EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES - PE030630
AGRAVADO : **FABIO RAIMUNDO DE ASSIS**
ADVOGADO : **FÁBIO RAIMUNDO DE ASSIS (EM CAUSA PRÓPRIA)** - PE030721

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo **MUNICIPIO DA CIDADE DO PAULISTA**, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"CIVIL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS , CAUSADOS PELO MUNICÍPIO. CAMINHÃO DE LIMPEZA URBANA. DANO MORAL RECONHECIDO. APELO IMPRÓVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Conforme relatado, prefeitura do município de Paulista, por meio de seus funcionários da limpeza pública, ao realizarem manobras com caminhão caçamba, terminou por quebrar a tampa de um bueiro que era responsável pelo escoamento das águas pluviais localizado na frente da residência do autor/apelado.
2. Tais fatos estão devidamente comprovados por fotografias (fls. 20/32 e 60/65), ofícios (fls. 33/34) e, especialmente, pelo reconhecimento latente dos fatos pelo réu em sua contestação (fls. 69/72).
3. É de saber comezinho que a responsabilidade civil dos municípios é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, respondendo pelos danos que seus agentes derem causa, seja por ação, seja por omissão, cabendo à parte contrária a prova dos fatos, o nexo de causalidade e o dano.
4. Em virtude do quanto alegado, e a comprovação da conduta ilícita, do dano e do nexo causal, resta o entendimento de que o autor sofreu danos na ordem moral, sendo evidente o nexo de causalidade entre a conduta ilícita do requerido e os danos sofridos, cujo caráter imaterial não pode ser contrariado.
5. Apelo improvido. Decisão Unânime" (fl. 230e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados (fls. 274/282e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz que "o acórdão recorrido negou vigência à Lei Federal, na medida em que, mesmo invocando o Recorrente a não comprovação do direito pleiteado pelo Recorrido, nos termos exigidos pelo artigo 373,

inciso I, do CPC, não se evidenciando qualquer violação a sua honra, a qual ensejaria reparação a título de dano moral, nos termos exigidos pelo artigo 186 do Código Civil, houve a condenação do Município de Paulista ora Recorrente, ao pagamento da referida indenização por danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), demonstrando-se parente a violação àqueles dispositivos legais" (fl. 303e). Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial, "tendo em vista a não comprovação do dano moral por parte do Recorrido, o que impossibilita a condenação da Recorrente ao pagamento da indenização pleiteada, bem como seja modificada a decisão, afastando-se a responsabilização do Ente Público" (fl. 308e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 313/321e), foi negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 324/326e), ensejando a interposição do presente Agravo (fls. 329/338e).

A irresignação não merece acolhimento.

A Corte de origem, a partir da análise das provas trazidas aos autos, concluiu estarem comprovados os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil do Município pelos danos morais, com base nos seguintes fundamentos:

"Conforme relatado, a prefeitura do município de Paulista, por meio de seus funcionários da limpeza pública ao realizarem manobras com caminhão caçamba, terminou por quebrar a tampa de um bueiro que era responsável pelo escoamento das águas pluviais localizado na frente da residência do autor/apelado.

Com o bueiro quebrado as águas invadiram a residência do autor, ocasionando a remessa de lixo, alagamento e contaminação da garagem e quintal da sua morada.

Tais fatos estão devidamente comprovados por fotografias (fls. 20/32 e 60/65), ofícios (fls. 33/34) e, especialmente, pelo reconhecimento latente dos fatos pelo réu em sua contestação (fls. 69/72).

Na peça de bloqueio, o município réu alega que 'o carro seria de fato do Município e que o respectivo funcionário (motorista) teria sido demitido e, que, em relação à caixa, na época esta teria ido reparada, porém, a equipe de obras estaria buscando solução para o respectivo caso'.

O que mais chama atenção na contestação é o fato do réu admitir os problemas apresentados pelo autor da demanda e direcioná-los aos secretários municipais visando, com esta manobra, isentar o Município.

Ora, é de saber comezinho que a responsabilidade civil dos municípios é objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, respondendo pelos danos que seus agentes derem causa, seja por ação, seja por omissão, cabendo à parte contrária a prova dos fatos, o nexo de causalidade e o dano.

Com efeito, a situação de fato que gerou o dano narrado neste processo põe em evidência a configuração, no caso, de todos os pressupostos primários que determinam o reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do município ora apelante.

(...)

Destaco, ainda que, o laudo técnico produzido pela Secretaria de Serviços Públicos põe fim as quaisquer dúvidas quanto ao dano e ao nexo de causalidade (elementos da responsabilidade civil) ao afirmar que 'foi constatado que o escoamento de água para dentro das galerias se dá de forma muito reduzida e, conforme o volume da mesma, poderá vir a causar alagamento externo por toda a calçadas e adentrar na parte da frente do imóvel citado' (fl. 116).

Além do mais, tais fatos não foram impugnados pelo Município na sua peça de defesa o que nos remete a aplicar o Princípio do Ônus da Defesa Especificada insculpido no art. 341 do CPC de 2015.

Ou seja, os fatos não contestados e afirmados pela outra parte são incontroversos e, por isso, prescindem de produção de provas, nos termos do art. 374, III do CPC/15.

Passado tal ponto, a questão, agora, estaciona na responsabilidade civil por tal ilícito e no dever de indenizar o apelado o moralmente pelos danos sofridos.

No caso em tela, é inegável a ocorrência do dano, na medida em que o autor/apelado teve a sua residência invadida por água da chuva, lama e lixo conforme demonstram as fotos colacionadas pelo autor e não impugnadas pelo réu além, do incontestado aborrecimento de idas e vindas para resolver a pendência administrativamente.

No que se refere ao nexo de causalidade, também se faz presente na medida em que o aludido dano foi causado em virtude de atitude desidiosa do ente público, sem que o autor desse qualquer causa aos fatos já narrados.

Logicamente que, em virtude do quanto alegado, e a comprovação da conduta ilícita, do dano e do nexo causal, tenho o entendimento de que o autor sofreu danos na ordem moral, sendo evidente o nexo de causalidade entre a conduta ilícita do requerido e os danos sofridos, cujo caráter imaterial não pode ser contrariado.

(...)

Percebe-se, outrossim, que este fica configurado quando se molesta a parte afetiva do patrimônio moral, como no caso de frustração, dor e tristeza, o que ocorreu na hipótese vertente, restando inquestionável o dever de indenizar por parte do município de Paulista.

O dano moral não, pode ser recomposto, já que é imensurável em termos de equivalência econômica. A indenização concedida é apenas uma justa e necessária reparação em pecúnia, como forma de atenuar o padecimento sofrido" (fls. 231/233e).

Assim, para se concluir em sentido contrário ao acórdão recorrido, acatando as alegações recursais de que não estaria comprovado o dano moral, seria

imperioso o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado a esta Corte Superior por sua Súmula 7.

Registre-se que "a Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (STJ, REsp 1.728.321/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/05/2018).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora